COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.464, DE 2014

Aprova a Programação Monetária para o 4º trimestre de 2013.

Autor: Senado Federal

Relator: Deputado ENIO VERRI

I - RELATÓRIO

O Projeto de Decreto Legislativo nº 1.464, de 2014, oriundo do Senado Federal, aprova a programação monetária para o quarto trimestre do ano de 2013. Tal programação foi encaminhada àquela Casa legislativa, pelo Poder Executivo, por intermédio da Mensagem nº 3, de 2014, em cumprimento ao art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995.

O documento apresenta estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários e análise da evolução da economia nacional prevista para os referidos períodos.

Os agregados monetários previstos são os seguintes: meios de pagamento (M1), base monetária restrita, base monetária ampliada e meios de pagamento no sentido amplo (M4), cujos saldos estimados para o final de março e para o final de dezembro de 2014 são apresentados pelo Quadro 1.

QUADRO 1: Estimativa dos agregados monetários para o quarto trimestre do ano de 2013 (em R\$ bilhões)

Discriminação	Saldo em dezembro de 2013
M1 ⁽¹⁾	320,0 – 375,7
Base monetária restrita ⁽¹⁾	216,1 – 292,3
Base monetária ampliada ⁽²⁾	2.974,6 – 3.492,0
M4 ⁽²⁾	3.744,4 - 5.065,9

(1) Média dos saldos nos dias úteis do mês

(2) Saldos previstos para o final do período

Pedimos vênua ao Relator na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio para transcrever de seu Parecer as demais informações prestadas pelo Poder Executivo a respeito da economia brasileira, no período considerado:

“Dentre outras informações prestadas pelo Executivo, destaca-se a expansão do PIB do País, de acordo com dados dessazonalizados das Contas Nacionais Trimestrais do IBGE, à taxa de 1,5% no segundo semestre de 2013, em relação ao trimestre anterior, revelando desempenho positivo de 3,9% no setor agropecuário, de 2,0% no industrial e de 0,8% no de serviços. Registra-se, ademais, expansão de 0,2% da produção industrial física no trimestre encerrado em julho do ano passado ante o trimestre imediatamente anterior, refletindo a evolução ocorrida nos setores de bens de capital (2,0%), no de bens de consumo duráveis (2,4%) e no de bens de consumo semi e não duráveis (1,3%) e o recuo observado no segmento de bens intermediários (0,9%).

Apontou-se, também, que entre junho e agosto do ano passado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA apresentou variação de 0,60%, com elevação de 6,15% nos doze meses encerrados em agosto, enquanto o Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna – IGP-DI elevou-se em 3,71% no mesmo período. De outra parte, a taxa de desemprego aberto apurada pela Pesquisa Mensal de Emprego – PME atingiu 5,8% na média do trimestre encerrado em julho de 2013.

Por seu turno, o superávit primário do setor público não financeiro acumulado nos primeiros sete meses do ano passado chegou a R\$ 54,4 bilhões, correspondentes a 2,0% do PIB. Quanto à dívida líquida do setor público, seu saldo atingiu em julho de 2013 o montante de R\$ 1.573,8 bilhões, equivalente a 34,1% do PIB.

A demonstração proveniente do Executivo ressalta, ademais, a existência de um déficit do balanço de pagamentos em transações correntes de US\$ 57,8 bilhões nos primeiros oito meses de 2013. Já o influxo líquido de investimentos estrangeiros diretos chegou a US\$ 38,7 bilhões no mesmo período. Por seu turno, ao final de agosto do ano passado o saldo das reservas internacionais atingiu US\$ 372,8 bilhões, no conceito de liquidez.”

Submetido inicialmente à apreciação da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, o projeto foi ali aprovado, em 5 de novembro de 2014, nos termos do parecer do Relator, Deputado Laercio Oliveira.

Nos termos regimentais, a matéria tramita sujeita à apreciação do Plenário e regime de tramitação com prioridade.

Compete-nos nesta Comissão de Finanças e Tributação manifestar sobre o mérito da proposição e sobre sua adequação financeira e orçamentária.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão, além do exame de mérito, apreciar a proposição quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, art. 53, II) e de Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, de 29 de maio de 1996, que “estabelece procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira”.

De acordo com o Regimento Interno, somente aquelas proposições que "importem aumento ou diminuição de receita ou de despesa pública" estão sujeitas ao exame de compatibilidade ou adequação financeira e orçamentária. Neste sentido dispõe também o art. 9º de Norma Interna, aprovada pela CFT em 29.05.96, *in verbis*:

"Art. 9º Quando a matéria não tiver implicações orçamentária e financeira deve-se concluir no voto final que à Comissão não cabe afirmar se a proposição é adequada ou não."

Analisando a matéria constante do projeto em exame, verificamos que a mesma não tem repercussão direta nos Orçamentos da União, por tratar de assunto da área de política monetária, e não de política fiscal, esta sim tipicamente objeto de exame de adequação orçamentária e financeira. Por conseguinte, não requer desta Comissão o exame de adequação orçamentária e financeira.

Quanto ao mérito, vimos lamentar que nossa apreciação da matéria seja meramente uma formalidade, tendo em vista tratar-se de programação monetária já executada em período que transcorreu há quase dois anos.

O encaminhamento da programação monetária trimestral ao Congresso Nacional é estabelecido na Lei nº 9.069, de 1995, cujo artigo 6º determina que o Presidente do Banco Central submeta ao Conselho Monetário Nacional (CMN), no início de cada trimestre, a programação monetária trimestral. Após aprovação pelo CMN, a programação monetária deve ser encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal. O Congresso Nacional, por sua vez, com base no parecer da CAE, poderá rejeitar a programação monetária, mediante decreto legislativo, no exíguo prazo de 10 (dez) dias, a contar do seu recebimento.

A apreciação versada no referido decreto legislativo não poderá realizar qualquer alteração, limitando-se propor a aprovação ou rejeição da programação enviada pelo Executivo. No caso de o Congresso Nacional não se manifestar sobre a aprovação da programação monetária até o final do primeiro mês do trimestre a que se destina, fica o Banco Central autorizado a executá-la até sua aprovação. E, caso ultrapassado o prazo de 10 dias para que o Congresso Nacional, com base em parecer da CAE do Senado Federal, rejeite a programação, ela será considerada aprovada (art. 6º, § 4º, da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995).

Nessas circunstâncias, havendo decorrido o prazo estipulado pela lei para o pronunciamento do Congresso Nacional, e pelo referido decurso já estando a matéria automaticamente aprovada, nossa opinião resta extemporânea e inteiramente dispensável. Entretanto, como temos que cumprir a lei, resta-nos acompanhar os criteriosos pareceres da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e da Comissão de Desenvolvimento, Indústria e Comércio desta Casa, e nos manifestarmos pela aprovação do presente projeto de decreto legislativo.

Diante do exposto, somos pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública federal, não cabendo pronunciamento desta Comissão quanto à sua adequação orçamentária e financeira. Quanto ao mérito, votamos pela **aprovação** do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.464, de 2014.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado ENIO VERRI
Relator